

REFLEXÕES SOBRE FILOSOFIA E LINGUAGEM*

Maria Cecília M. de CARVALHO

IF - PUCCAMP

As pessoas que aqui compareceram para assistir a este painel que tem por tema "Considerações sobre o ato de filosofar" eventualmente esperam que seus participantes lhes possam, em poucas palavras, dizer em que consiste propriamente o filosofar, ou como esta atividade que denominamos filosofia pode ser demarcada ou contrastada frente a outras atividades intelectuais, quanto ao seu objeto e método.

A experiência, entretanto, parece ter mostrado que a maneira mais simples de se criarem embaraços a um filósofo consiste em perguntar-lhe "o que é filosofia" ou "em que consiste propriamente o ato de filosofar".

Eu diria até que é muito ousado, se não impossível, propor-se uma definição de filosofia ou descrever-se em rápidas pinceladas em que consiste o filosofar.

Certamente que os não-filósofos acharão estranho, até mesmo bizarro, que um profissional da filosofia possa confessar tão abertamente não estar em condições de demarcar sua própria área de investigação. Contudo, como bem mostrou Wittgenstein, é perfeitamente possível usar-se a linguagem com suficiente

(*) Comunicação apresentada no painel: "Considerações sobre o ato de filosofar". Aula magna do Curso de Graduação em Filosofia, do Instituto de Filosofia da PUCCAMP em maio de 1992.

clareza e precisão sem que para tal seja necessário traçar contornos nítidos e precisos para cada palavra que usamos; fato é que a maior parte das expressões lingüísticas que empregamos no dia-a-dia possuem contornos vagos e esse halo de vaguidade, que circunda cada palavra - ainda que possa, até certo ponto, ser neutralizado, não é de todo eliminável. Entretanto, como fez valer Wittgenstein, para efeito de comunicação, as palavras de nossa linguagem funcionam muito bem, em que pesem sua inexatidão e vaguidade.¹

A filosofia parece ser uma atividade bastante peculiar e sua peculiaridade maior reside no fato de que ela não se deixa facilmente capturar em uma definição. Ao longo de sua trajetória através dos tempos, filosofar parece ter significado coisas bem distintas para diferentes pessoas em diversas épocas e lugares. Um rápido olhar sobre seu desenvolvimento através da história parece confirmar o que estou a dizer. E, mesmo após uma longa tradição de investigações, se dirigirmos nossa atenção para a filosofia contemporânea, raramente constataremos a existência de um consenso sobre o que faz com que uma pergunta seja filosófica, ou o que torna filosófica uma resposta.

Enquanto que na maioria das ciências naturais parece haver unanimidade quanto ao objeto respectivo de cada ciência, bem como aos métodos e técnicas utilizáveis na investigação, na filosofia, um consenso ainda que aproximado parece existir somente no interior de cada escola ou paradigma de investigação - para se usar aqui uma expressão cunhada por Thomas S. Kuhn.

Tal estado de coisas faz com que seja tentador recorrer-se novamente a Thomas S. Kuhn e buscar caracterizar a filosofia como uma área de investigação que desconhece aquela fase de pesquisa científica que Kuhn chamou de ciência normal. A filosofia, sob esta perspectiva, ostentaria somente aquela etapa do desenvolvimento de uma ciência que Kuhn denominou pesquisa extraordinária². Aqueles que estão familiarizados com as idéias deste importante filósofo e historiador da ciência sabem que o que

ele chamou de ciência normal são aqueles períodos da história de uma ciência que se caracterizam pelo predomínio de uma teoria, melhor dizendo, de um paradigma, o qual impõe à investigação determinados problemas ou quebra-cabeças. Kuhn prefere chamá-los de quebra-cabeças ao invés de problemas, para indicar que eles admitem solução no horizonte de um paradigma. Assim como num jogo de quebra-cabeça o jogador já sabe de antemão como se afigura a solução do mesmo, assim, também, numa época de ciência normal, caracterizada pela confiança da comunidade no potencial de um paradigma, os cientistas saberiam, de antemão, como se configura a solução de um quebra-cabeça científico, a qual dependeria, principalmente da habilidade e imaginação do pesquisador em ajustar a natureza dentro dos moldes do paradigma. E a fase que Kuhn denominou pesquisa extraordinária se caracterizaria exatamente pela inexistência de um paradigma dominante a nortear os rumos da pesquisa ou pela coexistência de vários paradigmas rivais; resultaria deste confronto entre paradigmas um enfraquecimento do sentimento de segurança por parte da comunidade e, em casos mais graves, seria constatável o emergir de uma crise, de um sentimento de desorientação, como consequência inevitável da inexistência de um acordo mínimo com respeito às questões mais fundamentais, merecedoras da atenção e do empenho dos cientistas.³ Aliás, no entender de Kuhn, o critério de demarcação que separaria as ciências da filosofia parece residir exatamente no fato de que as ciências, sobretudo as naturais, possuiriam uma tradição de solução de quebra-cabeças, enquanto a filosofia careceria de estatuto científico precisamente por desconhecer o que vem a ser quebra-cabeças - no sentido de Kuhn, evidentemente.

Com todo o respeito que tenho pelas ponderações de Kuhn, enquanto filósofo da ciência, e por mais sedutor que seja o quadro de interpretação por ele oferecido, eu aqui me permito discordar de qualquer avaliação que compare a filosofia a uma arena, em que seus atores estariam condenados a disputar em

torno de questões primárias; recuso qualquer sugestão que tente ver a filosofia caracterizada pelo caos dos sistemas, gerador de crise e desorientação, estado este que, no caso das ciências, marcaria apenas os interstícios, os rápidos intervalos, entre dois períodos de pesquisa normal, mas que no caso da filosofia seria permanente, inultrapassável. Uma avaliação que atribui à filosofia um constante estado de crise, não parece traduzir a consciência que a filosofia contemporânea tem de si própria. E isto por duas razões: de um lado, o dissenso acerca da natureza e importância das teorias e dos problemas ditos filosóficos, o desacordo quanto aos seus meios de se legitimar como conhecimento, são considerados, hoje em dia, como algo perfeitamente natural; tão normal que o fato deixou de ser visto como sintoma de crise⁴, como algo que devesse afligir o filósofo e reclamar por superação urgente para que a filosofia atingisse, por assim dizer, sua fase adulta. É preciso ressaltar-se que a pretensão de se construir uma filosofia perene, há muito deixou de ser preocupação dos filósofos.

Diante deste estado de coisas, não deixa de ser pertinente indagar: seria essa reação dos filósofos sinal de capitulação diante do caos, sintoma de sua resignação diante do fracasso? Ou será que os filósofos pretendem extrair de um estado de coisas, que eles não conseguem suprimir, a conclusão de que a grandeza ou talvez o charme da filosofia estaria exatamente em seu estado de permanente revolução, em sua capacidade para absorver crises, enquanto as ciências, por serem eventualmente menos críticas, menos radicais do que a filosofia, somente de tempos em tempos seriam abaladas por genuínas revoluções em seus fundamentos? No que tange a mim repudio ambas as interpretações. Seria demasiadamente simplório falar-se em fracasso da filosofia. Até porque a fertilidade de um resultado alcançado em filosofia está em proporção direta à sua capacidade para gerar novos problemas, abrir novos horizontes, rasgando assim, novos caminhos à investigação. O filosofar é um processo, o qual desconhece um fim natural ou absoluto. Este processo é deflagrado pela identificação

de um problema, normalmente colocado ou deixado em aberto por teorias anteriores, sejam estas provenientes do senso-comum, das ciências particulares ou mesmo gerado por outras filosofias.

A solução de um problema filosófico nunca é completa e sempre deixa o filósofo diante de uma nova situação-problema fato que foi muito bem enfatizado por Karl R. Popper em várias de suas obras e que realça caráter tentativo e provisório de toda solução proposta para um problema.⁵

Por esta razão também repudio qualquer atitude de arrogância entre os filósofos. Já se foi o tempo em que a filosofia era considerada a rainha das ciências, capaz de ditar seus cânones às demais áreas científicas. Defendo que se deva encontrar um ponto de equilíbrio entre o sentimento de fracasso e a ilusão de uma pretensa superioridade da filosofia.

A outra razão pela qual considero inadequada a comparação entre a filosofia e a fase de pesquisa extraordinária de Kuhn reside no fato de que em várias áreas da filosofia se pode dizer que existe algo comparável aos paradigmas de Kuhn.⁶ Em algumas áreas de investigação filosófica, como por exemplo, na investigação sobre os atos de fala, nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da chamada filosofia da ação e mesmo na Ética - para citar apenas alguns exemplos - tem havido progressos notáveis, o que cria obstáculos à caracterização da filosofia como um caos ou um palco onde seus protagonistas se digladiam, quando não falam línguas diferentes.

Se recusamos a comparação acima mencionada, ainda assim achamos difícil, se não impossível, encontrar-se um denominador comum aplicável a toda uma gama de teorias filosóficas que pudesse ao mesmo tempo demarcar a tarefa do filosofar frente a outras atividades intelectuais exercidas pelo homem.

A busca - a meu ver improfícua - de uma definição de filosofia parece dar respaldo àquela idéia de Wittgenstein, segundo a qual as coisas que designamos por uma mesma palavra não têm

por que possuir uma essência compartilhada, vale dizer, um conjunto de atributos que pudéssemos considerar como pertencentes a todos os elementos de uma classe e somente a eles. As coisas que designamos por uma mesma palavra podem ser bem diferentes entre si em um sentido relevante. Por isso Wittgenstein considera no mínimo inútil, se não prejudicial, a busca de uma essência comum definidora de uma classe ou espécie, avançando a tese de que as coisas que designamos por um mesmo termo possuem o que ele chama de "semelhança de família" ou "ar de família"⁷. A comparação parece ser bem sugestiva: assim como as pessoas que pertencem a uma mesma família não partilham todas de um mesmo conjunto de características - algumas se assemelham, por exemplo, pelo olhar, ou pelo tipo ou cor dos cabelos, ou pelo andar, pelo timbre de voz, etc, assemelhando-se, portanto, em alguns aspectos e diferenciando-se em outros, assim também as coisas que designamos por uma mesma palavra podem ser muito diferentes entre si, guardando quando muito um certo ar de família. O exemplo preferido de Wittgenstein para ilustrar esta sua tese é oferecido pelos jogos. Quando contemplamos as diversas modalidades de jogos: tabuleiros, cartas, bolas, paciência, jogos e brinquedos de roda, não encontramos algo que pudesse ser tido como a essência do jogo.⁸

As filosofias são em um aspecto como os jogos: não partilham todas elas de um conjunto de características em comum, marca distintiva que lhes pudesse conferir certidão de identidade e nos municiar com um meio para contrastá-las com outros empreendimentos intelectuais. Todavia, podemos dizer que elas mantêm certas semelhanças de família entre si.

Assumindo aqui a sugestão de Wittgenstein de que a busca de essências deve ser abandonada, pois impõe artificialmente uma uniformidade, obscurecendo as diferenças, quando estas podem ser muito relevantes, vou me lançar ao desafio de tentar encontrar alguns traços de família que me parecem mais salientes quando se contempla a atividade de filosofar. Claro está, depois do

que foi dito, que esta proposta não tem a pretensão de completude ou exclusão.

Um dos aspectos que mais me chamam a atenção quando contemplo a atividade filosófica tal como ela tem sido praticada na tradição ocidental é a sua preocupação em avaliar criticamente nossas alegações de conhecimento. Vocês que me ouvem poderão objetar: "mas isso a ciência também o faz? a ciência também é crítica e não aceita passivamente como conhecimento tudo aquilo que se apresenta como tal ou ergue pretensão de merecer ser qualificado como conhecimento". O que não deixa de ser correto: longe de mim reivindicar que só a filosofia detém o poder da crítica. A filosofia, porém, vai mais a fundo em seu empenho crítico, além de ser mais abrangente o escopo de sua investigação. Na filosofia não se trata, pois, de examinar esta ou aquela hipótese em particular; trata-se, porém, de examinar nossas pretensões de conhecer enquanto tais. Pode-se dizer que a filosofia se envolve com questões de fundo, concernentes à justificação de nossas alegações de conhecer pura e simplesmente. Quem fala em pretensão de conhecer alude certamente ao problema da verdade. Habermas em seu ensaio intitulado "Teorias da Verdade" nos ensina que ao proferirmos uma asserção, erguemos implicitamente uma pretensão de verdade. Esta pretensão de verdade erguida está intrinsecamente associada à fala, na medida em que emitimos asserções; seria, pois, absurdo, seria contraditório - no sentido da contradição performática ou pragmática - asserirmos algo e acrescentarmos "mas isto não é verdade" ou "não acredito nisto". A pretensão pressuposta no próprio ato de asserir está associada à pretensão de que tal reivindicação de verdade é passível de ser resgatada no discurso. Ou seja, é no discurso, no processo de argumentação e de contra-argumentação que decidimos se uma pretensão de verdade problematizada é ou não justificável.⁹

Se uma das preocupações da filosofia é o exame de nossas alegações de conhecimento, é inevitável que ela se debruce também sobre o estudo de argumentos. Argumentos são

construções lingüísticas a que recorreremos para defender nossas crenças ou suposições. Há uma área da filosofia, chamada Lógica, que se ocupa da análise crítica dos argumentos. Um argumento é considerado bom, do ponto de vista lógico, quando as evidências que lhe servem de suporte permitem provar ou pelo menos dar forte apoio à sua conclusão. A lógica se ocupa então com questões deste tipo: qual a força com que as premissas invocadas apóiam uma conclusão?

Outra área da filosofia que, ao lado da Epistemologia e da Lógica, tem a meu ver importância crucial para o exame crítico de nossas alegações de conhecimento é a Filosofia da Linguagem. Dificilmente iremos muito longe em nosso exame crítico de nossas asserções e convicções, se não tivermos clareza acerca do que falamos. Em minha opinião, a Filosofia da Linguagem tem o mesmo nível de importância da Lógica e da Teoria do Conhecimento. A linguagem, tal como a usamos irrefletidamente no dia-a-dia, pode ser traiçoeira e não raro nos enredamos em confusões e obscuridades por termos descurado de uma prévia e necessária análise da linguagem. A tarefa de aclarar significados de palavras ou frases desempenha papel central na filosofia. Não se trata obviamente de se fazer um trabalho como o fazem os dicionaristas ou de se estudar a língua como o fazem os gramáticos. A filosofia não é ciência da linguagem e nem pretende concorrer com as investigações elaboradas pelos cientistas da linguagem. Trata-se de investigar o que Wittgenstein chamou de "gramática profunda" ou o que Ryle¹⁰ denominou "comportamento lógico" de algumas palavras ou expressões que desempenham papel chave no discurso filosófico e na expressão lingüística de nossas crenças e suposições e que, às vezes, dão margem a perplexidade e geram confusões.

Não se pretende, por outro lado, que a linguagem seja fonte última e intranscendível do saber. Nesse contexto, cabem aqui duas citações de J.L. Austin, filósofo analítico de Oxford, que podem bem ilustrar a importância assim como os limites da análise lingüística:

Quando examinamos o que diríamos se, que palavras usaríamos e em que situações, não estamos meramente considerando palavras (ou seus significados [...]), mas também as realidades sobre as quais falamos ao usarmos as palavras; estamos empregando uma consciência aguçada das palavras para aguçar nossa percepção - ainda que não como o árbitro final - dos fenômenos.¹¹

"Certamente que a linguagem ordinária não pode ter a pretensão de dizer a última palavra - se é que existe tal coisa. Ela incorpora, por certo, algo melhor que a metafísica da Idade da Pedra, a saber, a experiência e a acuidade herdadas de muitas gerações. Essa acuidade, entretanto, se concentrou primariamente no domínio prático da vida. Se uma distinção funciona bem para os propósitos práticos da vida cotidiana (o que não deixa de ser uma façanha, pois mesmo o cotidiano está repleto de casos difíceis), então deve haver nela algo de seguro, pois não se pode dizer que ela simplesmente nada assinala. Todavia, muito provavelmente este não será o melhor método de ordenar os fenômenos, caso nossos interesses sejam mais amplos ou mais intelectuais que os cotidianos. (...) Certamente que a linguagem ordinária não tem a última palavra. Em princípio ela pode ser, em qualquer lugar, complementada, melhorada e suplantada. Contudo, não nos esqueçamos, ela dá a primeira palavra"¹²

Não há como deixar de dar razão a Wittgenstein quando ele alerta para o enfeitiçamento exercido pela linguagem sobre nossa inteligência¹³. O descaso em relação à linguagem pode levar ao uso extravagante de expressões, que acaba turvando a reflexão filosófica. A filosofia da linguagem tem um papel clarificador e removedor de confusões e nebulosidades que obstruem o caminho para uma formulação clara dos problemas e, conseqüentemente, para um encaminhamento mais promissor dos mesmos. Como lembra H. Putnam:

"Se, nos últimos cinquenta anos, os filósofos tornaram-se muito interessados na linguagem, isto não ocorreu por terem eles se desinteressado das grandes questões da filosofia, porém,

precisamente porque eles estão interessados ainda nas grandes questões e porque passaram a acreditar que a linguagem detém a chave para resolver ou situar de modo satisfatório as grandes questões”¹⁴.

Se a filosofia, como a vemos, tem como função precípua a crítica de nossas suposições, ela não pode se limitar a tematizar nossas hipóteses ou conjecturas acerca de fatos do mundo empírico, mas deve também se dirigir à crítica de nossas crenças ou suposições acerca de normas ou valores a que recorreremos para orientar nossas decisões e guiar nossa vida. Nesse contexto gostaria de dar especial realce à Ética ou Filosofia Moral.

Está claro que a Ética não nos pode ditar o que devemos fazer ou evitar; nem é esta a sua pretensão. As opções são invariavelmente nossas e ninguém pode decidir por nós. A nós cabe o ônus de escolher e responder por nossas opções. Contudo a Ética pode nos dar uma orientação, ainda que não nos possa oferecer uma resposta concludente e final para nossas interrogações. Mas uma resposta, ainda que parcial, pode ter imenso valor prático. Como salienta o Prof. D. D. Raphael, a análise filosófica pode, por exemplo, chegar à conclusão negativa de que um determinado código moral deve ser abandonado porque é inconsistente, ou porque se baseia em suposições factuais que são falsas. A conclusão, neste caso, é negativa e só nos mostra o que não devemos aceitar, não nos apontando de modo positivo que sistema devemos acatar. Ainda assim, uma conclusão negativa tem relevância prática, na medida em que reduz o espectro de alternativas entre as quais ainda nos compete decidir. Não podemos ir ao encontro da filosofia moral com pretensões exorbitantes, esperando dela aquilo que não pode oferecer. Como qualquer teoria filosófica, também um sistema ético está sujeito à crítica e à revisão. Nenhuma conclusão pode ser provada definitivamente. Aliás, hoje em dia, já é consenso entre filósofos e cientistas que até mesmo as conclusões das ciências empíricas são conjecturais, hipotéticas, o que vale dizer que são provisórias. O que se pode fazer, tanto no

âmbito da filosofia como no das ciências, é buscar refutar ou criticar as teorias, trazendo à luz suas eventuais confusões e inconsistências. Está claro que a ciência empírica pode ir mais longe do que a filosofia no processo de eliminar erros ou excluir hipóteses. Na filosofia nos defrontamos com toda uma pluralidade de teorias, de paradigmas, todos eles ostentando uma boa dose de plausibilidade, todos eles mais ou menos defensáveis, nenhum deles demonstrado ou demonstrável de modo conclusivo, refutado ou refutável de modo definitivo. Por certo que a opção em favor de uma filosofia resulta ser mais difícil que na ciência, já que na filosofia as provas, os testes, são bem menos cristalinos, bem menos tangíveis que nas ciências empíricas. Se queremos nos posicionar sobre uma questão de filosofia do conhecimento ou de filosofia moral, podemos esperar que a investigação e o estudo possam nos auxiliar a suprimir algumas confusões, a dissipar certas obscuridades, de modo que a tarefa da escolha resulte menos penosa. Uma coisa porém, parece certa: se a filosofia não nos oferece resposta para todos os problemas, ela pode nos ajudar a nos tornarmos mais racionais, mais responsáveis, transformando-nos, assim, em pessoas mais completas.¹⁵

NOTAS

(1) Cf. sobretudo os parágrafos 87, 88, 98, 99 e 100 das **Investigações Filosóficas** de L. WITTGENSTEIN.

(2) Cf. a Introdução de T. EDEN e J. NIDA-RUMELIN à obra **Philosophie der Gegenwart in Einzeldarstellungen. Von Adorno bis v. Wright**, organizada por J. NIDA-RUMELIN.

(3) Cf. Thomas S. KUHN, **A estrutura das revoluções científicas**.

(4) Cf. J. NIDA-RUMELIN, **Op. Cit.**, p. XII.

(5) Cf. sobretudo os trabalhos de K. PÖPPER, publicados em suas coletâneas: **Conjeturas e Refutações e Conhecimento Objetivo**

(6) Cf. J. NIDA-RUMELIN, **Op. Cit.**, p. XI.

(7) Cf. L. Wittgenstein, **Op. Cit.**, § 67.

(8) Cf. WITTGENSTEIN, **Op. Cit.**, § 66.

- (9) Cf. J. HABERMAS. Wahrheitstheorien. In H. FAHRENBACH (Org.) **Wirklichkeit und reflexion**, Pfullingen, Neske, 1973, pp. 211-265. Há tradução espanhola de M. J. Redondo do ensaio de Habermas, publicada em sua antologia **Teoria de la accion comunicativa: complementos y estudios previos**, Madrid, Cátedra, 1989.
- (10) Cf.. L. WITTGENSTEIN, *Op. Cit.* § 664, Cf. G. RYLE, **The Concept of Mind**, pp. 200 e 308.
- (11) J. L. AUSTIN. A plea for excuses. In J. L. AUSTIN **Philosophical Papers**, 1961. Existe tradução castelhana de A. G. Suárez: **Ensayos filosóficos**, Madrid, Alianza, 1989. A citação foi feita a partir do texto em espanhol. Cf. *Op. cit.*, pp. 174 - 175. O grifo é de AUSTIN.
- (12) J. L. AUSTIN, *op. cit.*, cf. p. 177 da tradução espanhola grifos de AUSTIN.
- (13) Cf. L. WITTGENSTEIN, *op. cit.*, § 109.
- (14) PUTNAM, H. Language and Philosophy. In **Mind, Language and Reality. Philosophical Papers**, vol. II, p. 1, apud GUERREIRO, M. **O dizível e o indizível**.
- (15) Cf.. D. D. RAPHAEL, **Filosofia Moral**, Trad. de J. J. Utrilla, México, F. C. E. pp. 28/31

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. **Ensaaios filosóficos**, trad. de A. G. Suárez, Madrid, Alianza, 1989.
- FAHRENBACH, H. **Wirklichketi und reflexion**. Pfullingen, Neske, 1973.
- GUERREIRO, M. **O dizível e o indizível**, Campinas, Papyrus, 1989.
- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa; complementos y estudios previos**, Trad. de M. J. Redondo, Madrid, Cátedra, 1989.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Perspectivas, s. d.
- NIDA-RUMELIN, J. (org) **Philosophie der Gegenwart in Einzeldarstellungen. Von Adorno bis v. Wright**. Stuttgart, Kroner, 1991.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações**, Trad. de S. Bath. Brasília, Ed. da UnB, s.d.

_____, **Conhecimento objetivo**, Trad. de M. Amado. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP.

RAPHAEL, D. D. **La filosofía moral**. Trad. de J. J. Utrilla. México, F. C., 1986

RYLE, G. **The concept of mind**, Londres, Hutchinson, 1949.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**, Trad. de J. C. Bruni, 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1979.